

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

**Senhores Acionistas:**  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)							
	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.719	20.345	Fornecedores	11	396	3.140
Concessionárias	5	4.382	3.537	Impostos e contribuições sociais	6	758	632
Impostos e contribuições sociais	6	1.502	907	Dividendos	12	4.810	2.173
Cauções e depósitos vinculados	8		1.211	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	5.923	5.858
Prêmio de risco - GSF	9	188		Provisões	14		325
Outros créditos		1.040	873	Outras contas a pagar		6	24
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>36.831</b>	<b>26.873</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>11.893</b>	<b>12.152</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	8	7.935	5.863	Empréstimos e financiamentos	13	35.650	40.845
Prêmio de risco - GSF	9	2.116		Provisões	14	676	300
		<b>10.051</b>	<b>5.863</b>	Outras contas a pagar		78	11
Imobilizado	10	135.694	139.601	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>36.404</b>	<b>41.156</b>
Intangível		564	371	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
		<b>136.258</b>	<b>139.972</b>	Capital social	15.1	86.371	86.371
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>146.309</b>	<b>145.835</b>	Reservas de lucros	15.3	48.472	33.029
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>183.140</b>	<b>172.708</b>	<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>134.843</b>	<b>119.400</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>183.140</b>	<b>172.708</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)			
	Nota	2016	2015
<b>Receitas</b>	16	29.888	27.157
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	17		
Custo do serviço de energia elétrica		(1.462)	(8.565)
Custo de operação		(4.879)	(5.121)
		<b>(6.341)</b>	<b>(13.686)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>23.547</b>	<b>13.471</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	17		
Despesas gerais e administrativas		(441)	(559)
Depreciações e amortizações			(2)
Outras despesas e receitas operacionais		(15)	(660)
		<b>(456)</b>	<b>(1.221)</b>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>23.091</b>	<b>12.250</b>
<b>Resultado financeiro</b>	18		
Receitas financeiras		3.992	2.628
Despesas financeiras		(4.539)	(3.990)
		<b>(547)</b>	<b>(1.362)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>22.544</b>	<b>10.888</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	19		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.291)	(1.740)
		<b>(2.291)</b>	<b>(1.740)</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>20.253</b>	<b>9.148</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	20		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,23449	0,10592

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2016 e 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)			
	2016	2015	
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>31.338</b>	<b>28.400</b>	
Receita operacional	31.098	28.255	
Receita relativa à construção de ativos próprios	240	145	
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.977)</b>	<b>(11.057)</b>	
Custos da energia comprada	(1.163)	(8.290)	
Encargos de uso da rede elétrica	(299)	(275)	
Materiais	(242)	(301)	
Serviços de terceiros	(1.149)	(1.452)	
Outros custos operacionais	(124)	(739)	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>28.361</b>	<b>17.343</b>	
<b>Retenções</b>			
Depreciações e amortizações	(3.888)	(3.899)	
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>24.473</b>	<b>13.444</b>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	3.992	2.628	
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>28.465</b>	<b>16.072</b>	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta	108	82	
Benefícios	14		
FGTS	37		
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	3.501	2.838	
Estaduais	11	7	
Municipais		5	
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	4.539	3.990	
Aluguéis	2	2	
Remuneração de capital próprio			
Dividendos	4.810	2.173	
	<b>13.022</b>	<b>9.097</b>	
Lucros retidos	15.443	6.975	
	<b>28.465</b>	<b>16.072</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)			
	2016	2015	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	22.544	10.888	
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Depreciações e amortizações	3.888	3.899	
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	66	659	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	4.046	3.926	
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	9	5	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	42	57	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(932)		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(106)		
Amortização do prêmio de risco - GSF	188		
	<b>29.745</b>	<b>19.434</b>	
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Concessionárias	(845)	(401)	
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(489)	(578)	
Prêmio de risco - GSF	(2.492)		
Outros ativos operacionais	(167)	(126)	
	<b>(3.993)</b>	<b>(1.105)</b>	
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores	(2.744)	1.798	
Outros tributos e contribuições sociais	17	12	
Outros passivos operacionais	49	7	
	<b>(2.678)</b>	<b>1.817</b>	
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>23.074</b>	<b>20.146</b>	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.182)	(1.640)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>20.892</b>	<b>18.506</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao Imobilizado e Intangível	(240)	(145)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(240)</b>	<b>(145)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Cauções e depósitos vinculados</b>	<b>71</b>	<b>(479)</b>	
Dividendos pagos	(2.173)	(1.571)	
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(5.740)	(5.682)	
Pagamentos de encargos de dívidas	(3.436)	(3.750)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(11.278)</b>	<b>(11.482)</b>	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>9.374</b>	<b>6.879</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	29.719	20.345	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.345	13.466	
	<b>9.374</b>	<b>6.879</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em milhares de reais)				
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>86.371</b>	<b>26.054</b>	-	<b>112.425</b>
Lucro líquido do exercício			9.148	9.148
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		457	(457)	-
Reserva de retenção de lucros		6.518	(6.518)	-
Dividendos propostos			(2.173)	(2.173)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>86.371</b>	<b>33.029</b>	-	<b>119.400</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>86.371</b>	<b>33.029</b>	-	<b>119.400</b>
Lucro líquido do exercício			20.253	20.253
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		1.013	(1.013)	-
Reserva de retenção de lucros		14.430	(14.430)	-
Dividendos propostos			(4.810)	(4.810)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>86.371</b>	<b>48.472</b>	-	<b>134.843</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1 Contexto operacional

A Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Serra, Estado do Espírito Santo, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil ou Controladora), tem como objeto social a: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas.

#### 1.1 Autorizações

Por meio da Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/01, a Companhia é titular exclusiva de autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica - PCH, localizada no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Usina Hidrelétrica	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade	Energia	Autorização	
				Instalada (MW) (*)	Assegurada (MWh) (*)	Início	Término
Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29,00	15,58	13/11/01	13/11/31

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

A autorização da PCH está vigente pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado a critério da ANEEL. A referida usina entrou em operação a partir de 27 de maio de 2009.

Na exploração da PCH a Companhia tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A Companhia comercializa sua energia nos seguintes ambientes: Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), negociados principalmente com terceiros, e Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo. Da energia assegurada, 16 MWh foram comercializados por meio de CCEARs no ACR pelo preço estabelecido de R\$124,99 por MWh pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2009. Os preços são reajustados anualmente pelo IPCA.

### 2 Base de preparação

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

#### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

#### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação dos ativos (*impairment*) (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Nota 10); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 21.1.2.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 14.1); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 14.2).

#### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

#### Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

#### 2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitem novas normas e revisões às normas já existentes.

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

#### 2.7.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia

##### IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16, em geral, deverá ser aplicada retrospectivamente e substituirá o IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

##### 2.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia

##### CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

#### CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (*hedge accounting*) menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

#### Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

#### 2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. As normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

### 3 Eventos significativos no exercício

#### 3.1 Adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 5 de janeiro de 2016 a Companhia protocolou junto à ANEEL o pedido de anuência de repactuação do Risco Hidrológico e também a petição de desistência das ações judiciais atrelada a PCH Francisco Gros com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE.

A referida decisão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.

Para suportar essa decisão, a Companhia contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributários e de fluxo de caixa.

Após análises, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP92, relativos ao período de janeiro e dezembro de 2015, onde 92% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. Este montante será amortizável linearmente no período de janeiro de 2016 a março de 2029.

Em 26 de janeiro de 2016 a ANEEL, por meio do Despacho nº 175/16, anuiu a adesão da PCH Francisco Gros à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Companhia optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	3.339	3.715
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	22.749	1.419
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	3.631	15.211
<b>Total</b>	<b>26.380</b>	<b>16.630</b>
	<b>29.719</b>	<b>20.345</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam de 72,00% a 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

### 5 Concessionárias

	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento de energia elétrica	3.763	3.398
Energia de curto prazo	619	139
<b>Total</b>	<b>4.382</b>	<b>3.537</b>

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

O saldo de Concessionárias, totalmente vencendo, refere-se à: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; e (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não há saldo de PECLD em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 21.2.4.

### 6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Reclassificação	Saldo em 31/12/2016
<b>Ativo - compensáveis</b>						
Imposto de renda e contribuição social	-		106		546	652
IRRF sobre aplicações financeiras	771	419		9	(535)	664
Outros	136	61			(11)	186
<b>Total Circulante</b>	<b>907</b>	<b>480</b>	<b>106</b>	<b>9</b>	-	<b>1.502</b>
Circulante	907					1.502
<b>Passivo - a recolher</b>						
Imposto de renda e contribuição social	494	2.291		(2.182)		603
ICMS	1	12		(10)		3
PIS e COFINS	99	1.135		(1.129)		105
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	25	25		(21)		29
Encargos com pessoal	13	11		(6)		18
<b>Total Circulante</b>	<b>632</b>	<b>3.474</b>	-	<b>(3.348)</b>	-	<b>758</b>
Circulante	632					758

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

### 7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 12), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (RS/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)	
				Circulante		Circulante	Não circulante	Operacionais	
				31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>Concessionárias</b>									
<b>Venda energia elétrica</b>									
EDP Bandeirante	Controle Comum	212,18	01/01/2009 a 31/12/2038	59	57			523	433
EDP Escelsa	Controle Comum	228,97	01/01/2009 a 31/12/2038	53	42			432	357
				<b>112</b>	<b>96</b>	-	-	<b>955</b>	<b>790</b>
<b>Fornecedores</b>									
<b>Contrato de uso do sistema de distribuição</b>									
EDP Escelsa	Controle Comum		20/03/2009 a 17/07/2025			27	23	(299)	(274)
						<b>27</b>	<b>23</b>	<b>(299)</b>	<b>(274)</b>
<b>Suprimento de energia elétrica</b>									
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2013 a 31/12/2015				51		(878)
EDP Comercializadora	Controle Comum		01/01/2016 a 30/06/2016					(75)	
EDP PCH	Controle Comum	126,07	01/07/2016 a 31/12/2016	38		91		(1.932)	
				<b>38</b>	-	<b>91</b>	<b>51</b>	-	-
				<b>38</b>	-	<b>118</b>	<b>74</b>	-	-
								<b>(2.007)</b>	<b>(878)</b>
								<b>(2.306)</b>	<b>(1.152)</b>
<b>Outras contas a pagar</b>									
<b>Prestação de Serviços (a)</b>									
Energest	Controle Comum		01/01/2011 a 28/07/2016				18	(65)	(93)
EDP PCH	Controle Comum		29/07/2016 a 31/12/2018					(46)	
				-	-	-	<b>18</b>	<b>46</b>	-
								-	<b>(93)</b>
<b>Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)</b>									
EDP Escelsa	Controle Comum		29/07/2015 a 29/07/2019					1	1
								<b>1</b>	<b>1</b>
								<b>(10)</b>	<b>(3)</b>
								<b>(10)</b>	<b>(3)</b>
<b>Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos (c)</b>									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL					31	10
								<b>31</b>	<b>(160)</b>
								<b>11</b>	<b>(178)</b>
								<b>(1.632)</b>	<b>(540)</b>

**a) Contrato de Prestação de Serviços****EDP PCH**

O contrato, com previsão de vigência de 48 meses, tem por objetivo a prestação de serviços de atividades relacionadas a assuntos energéticos, de intervenções e da área administrativa-técnica da operação da usina.

**b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Este contrato tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, este contrato poderá sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**c) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Custos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da holding, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/12, na Consulta Pública nº 12/13 e na Audiência Pública nº 072/14, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Como resultado da Audiência Pública nº 072/14, em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699. A partir dessa norma, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas deram entrada, em 2 de maio de 2016, ao pedido de anuência prévia para novo modelo de compartilhamento de recursos humanos, que seguirá o critério regulatório aprovado. O novo critério alocará os gastos com pessoal de maneira proporcional ao ativo imobilizado bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração) e excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que serão compartilhados de forma antecipada.

A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.278 publicado em 23 de dezembro de 2016, anuiu na forma da minuta apresentada, o pleito da EDP - Energias do Brasil para a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos com as partes relacionadas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém.

A partir desta anuência, a EDP - Energias do Brasil e suas controladas terão 180 dias para implementar o novo modelo de compartilhamento de recursos humanos utilizando o novo critério. Desta forma, para o encerramento destas demonstrações financeiras, permanecem válidos os atuais contratos de compartilhamento de atividades e alocação de custos.

**7.1 Controladora direta e Controladora final**

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**7.2 Remuneração dos administradores**

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da Administração.

**8 Cauções e depósitos vinculados**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Cauções e depósitos vinculados	1.211	7.935	5.863	
<b>Total</b>	<b>1.211</b>	<b>7.935</b>	<b>5.863</b>	

O saldo de Cauções e depósitos vinculados em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$7.935 (R\$7.074 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a depósitos mantidos em conta de reserva em cumprimento de contrato de financiamento junto ao BNDES (Nota 13).

**9 Prêmio de risco - GSF**

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor - GSF* é protegida (Nota 3.1), o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$2.304, refere-se ao prêmio equivalente aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015 no montante de R\$2.492, amortizável linearmente no exercício no período de janeiro de 2016 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 175 de 26 de janeiro de 2016. No exercício foram amortizados R\$188.

**10 Imobilizado**

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

Ao final do prazo da autorização da usina, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o

valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

**10.1 Composição do imobilizado**

	Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2016		Taxas anuais médias de depreciação %		31/12/2015	
	depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos		4.200		4.200		4.200		4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	2,63	83.491	(12.945)	70.546	2,65	82.530	(11.180)	71.350
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45	19.329	(3.382)	15.947	3,45	19.330	(2.906)	16.424
Máquinas e equipamentos	4,22	40.953	(7.810)	33.143	3,82	40.829	(6.512)	34.317
Veículos	14,29	13		13				
Móveis e utensílios	6,25	72	(17)	55	6,25	47	(13)	34
		<b>148.058</b>	<b>(24.154)</b>	<b>123.904</b>		<b>146.936</b>	<b>(20.611)</b>	<b>126.325</b>
Sistema de Transmissão e Conexão								
Máquinas e equipamentos	2,89	10.433	(1.798)	8.635	2,93	10.433	(1.494)	8.939
		<b>10.433</b>	<b>(1.798)</b>	<b>8.635</b>		<b>10.433</b>	<b>(1.494)</b>	<b>8.939</b>
Administração								
Móveis e utensílios	6,25	9	(1)	8	6,25	9	(1)	8
		<b>9</b>	<b>(1)</b>	<b>8</b>		<b>9</b>	<b>(1)</b>	<b>8</b>
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>158.500</b>	<b>(25.953)</b>	<b>132.547</b>		<b>157.378</b>	<b>(22.106)</b>	<b>135.272</b>
<b>Imobilizado em curso</b>								
Geração								
Administração		3.147		3.147		4.315		4.315
						14		14
<b>Total do Imobilizado em curso</b>		<b>3.147</b>		<b>3.147</b>		<b>4.329</b>		<b>4.329</b>
<b>Total Imobilizado</b>		<b>161.647</b>	<b>(25.953)</b>	<b>135.694</b>		<b>161.707</b>	<b>(22.106)</b>	<b>139.601</b>

**10.2 Movimentação do imobilizado**

	Valor líquido em 31/12/2015	Transferência para imobilizado em serviço		Depreciações Baixas	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2016
		Ingressos				
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Terrenos	4.200					4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	71.350		975	(1.779)		70.546
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.424			(477)		15.947
Máquinas e equipamentos	43.256		213	(1.625)	(66)	41.778
Veículos	-		13			13
Móveis e utensílios	42		25	(4)		63
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>	<b>135.272</b>		<b>1.226</b>	<b>(3.885)</b>	<b>(66)</b>	<b>132.547</b>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Terrenos	896					(196)
Reservatórios, barragens e adutoras	811					700
Edificações, obras civis e benfeitorias	14					14
Máquinas e equipamentos	1.810	128	(1.195)			92
A ratear	494					494
Outros	304	112	(31)			(92)
<b>Total do Imobilizado em curso</b>	<b>4.329</b>	<b>240</b>	<b>(1.226)</b>	-	-	<b>196</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>139.601</b>	<b>240</b>	<b>-</b>	<b>(3.885)</b>	<b>(66)</b>	<b>135.694</b>

**11 Fornecedores**

	Circulante	
	Nota	31/12/2015
Suprimento de energia elétrica		91
Encargos de uso da rede elétrica		27
Operações CCEE	11.1	93
Materiais e serviços		185
<b>Total</b>		<b>396</b>

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

**11.1 Operações CCEE**

O saldo refere-se às transações de compra de energia realizadas no âmbito da CCEE. A variação do exercício de R\$2.845 é decorrente, principalmente, da liquidação do montante de energia protegido pelo risco de GSF das competências de janeiro a dezembro de 2015, conforme descrito na nota 9.

**12 Dividendos**

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio (JSCP) são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos; quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios; quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais; quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO); e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores; quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 12 de abril de 2016, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com a destinação de dividendos no valor de R\$2.173, pagos em 29 de abril de 2016.

	31/12/2015		Dividendo Proposto		Pagamentos		31/12/2016	
Passivo								
EDP - Energias do Brasil	2.173		4.810		(2.173)		4.810	
	<b>2.173</b>		<b>4.810</b>		<b>(2.173)</b>		<b>4.810</b>	



## NOTAS EXPLICATIVAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### 13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

##### 13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2016				31/12/2015				
									Encargos		Principal		Encargos		Principal		
								Garantias	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	
<b>Moeda nacional</b>																	
BNDES - Banco do Brasil	75.633	11/05/2009	75.633	15/04/2010 a 15/02/2024	Implantação da PCH Francisco Gros	a. Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,2; b. Índice de cobertura de capital próprio maior ou igual a 30%; c. Restrição de pagamento de dividendos.	TJLP + 1,90% a.a.	Principal e Juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança Corporativa; c. Depósitos caucionados; d. Vinculação de receitas.								
<b>Total</b>									<b>142</b>	<b>5.781</b>	<b>35.650</b>	<b>41.573</b>	<b>159</b>	<b>5.699</b>	<b>40.845</b>	<b>46.703</b>	

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

##### 13.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2015		Juros Transfe- rências		Variação monetária e cambial em 31/12/2016		Valor líquido em 31/12/2016
	Pagamentos	provisionados					
<b>Circulante</b>							
Principal	5.699	(5.740)		5.740		82	5.781
Juros	159	(3.436)	3.417			2	142
<b>Total</b>	<b>5.858</b>	<b>(9.176)</b>	<b>3.417</b>	<b>5.740</b>		<b>84</b>	<b>5.923</b>
<b>Não circulante</b>							
Principal	40.845	-	-	(5.740)		545	35.650
<b>Total</b>	<b>40.845</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.740)</b>		<b>545</b>	<b>35.650</b>

##### 13.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento	
	31/12/2015	31/12/2016
<b>Circulante</b>		
2017		5.923
<b>Não Circulante</b>		
2018		5.781
2019		5.781
2020		5.781
2021		5.781
2022 até 2024		12.526
<b>Total</b>		<b>35.650</b>

#### 14 Provisões

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Provisões civis	14.1		47		38
Licenças ambientais	14.2	325	629		262
<b>Total</b>		<b>325</b>	<b>676</b>		<b>300</b>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

##### 14.1 Provisões civis

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos civis e regulatórios.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, sendo a variação no exercício devida à atualização monetária destas provisões.

##### 14.1.1 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas civis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, no montante de R\$1.249 (R\$869 em 31 de dezembro de 2015).

##### 14.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$629 (R\$587 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da PCH Francisco Gros, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental durante o exercício de 2016 foram de R\$ 230 (R\$424 em 31 de dezembro de 2015), registrados em contrapartida do resultado do exercício na rubrica Serviços de terceiros, e são relativos a gastos do programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais e proteção de biodiversidade e da paisagem.

	Saldo em 31/12/2015	Atualização Monetária	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Circulante	325		(325)	-
Não circulante	262	42	325	629
<b>Total</b>	<b>587</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>629</b>

#### 15 Patrimônio líquido

##### 15.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$86.371 representados por 86.371.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

##### 15.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2016
Lucro líquido apurado no exercício		20.253
Constituição da reserva legal - 5%		(1.013)
		<b>19.240</b>
Destinação do lucro		<b>19.240</b>
Dividendos propostos	12	4.810
Reserva de lucros	15.3.1	14.430
Dividendos por ação - R\$		0,05569

##### 15.3 Reservas de lucros

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de lucros			
Legal		4.267	3.254
Retenção de lucros	15.3.1	44.205	29.775
<b>Total</b>		<b>48.472</b>	<b>33.029</b>

##### 15.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

#### 16 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

	MWh (*)		R\$	
	2016	2015	2016	2015
Suprimento de energia elétrica	140.544	140.160	30.549	27.956
Energia de curto prazo	3.811	2.052	549	299
Receita operacional bruta	<b>144.355</b>	<b>142.212</b>	<b>31.098</b>	<b>28.255</b>
<b>(-) Deduções à receita operacional</b>				
PIS/COFINS			(1.135)	(1.031)
Outros encargos			(75)	(67)
<b>Receita</b>	<b>144.355</b>	<b>142.212</b>	<b>29.868</b>	<b>27.157</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

#### 17 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço de energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2016		2015			
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	1.163				1.163	8.290
Encargos de uso da rede elétrica	299				299	275
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			159		159	82
Material		71			71	226
Serviços de terceiros		900	180		1.080	1.382
Depreciação		3.885			3.885	3.855
Amortização		3			3	44
Aluguéis e arrendamentos				2	2	2
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				15	15	660
Outras		20	100		120	91
<b>Total</b>	<b>1.462</b>	<b>4.879</b>	<b>441</b>	<b>15</b>	<b>6.797</b>	<b>14.907</b>

#### 18 Resultado financeiro

	2016	2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras e caucões	3.694	2.425
Juros e multa sobre impostos	106	
Outras receitas financeiras	192	203
<b>Despesas financeiras</b>	<b>3.992</b>	<b>2.628</b>

	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de dívidas		(3.417)
Variações monetárias moeda nacional		(672)
Provisões e atualizações monetárias civis, fiscais, trabalhistas e outros		(9)
Atualização monetária e juros - GSF		(176)
Outras despesas financeiras		(265)
<b>Total</b>	<b>(4.539)</b>	<b>(3.990)</b>
	<b>(547)</b>	<b>(1.362)</b>

#### 19 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a Contribuição Social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e Contribuição Social correntes são reconhecidas no resultado.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do IRPJ e CSLL	22.544	10.888
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<b>(7.665)</b>	<b>(3.702)</b>
Ajuste lucro presumido	5.350	1.938
Incentivos fiscais		
Outras	24	24
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>(2.291)</b>	<b>(1.740)</b>
Alíquota Efetiva	10,16%	15,98%

#### 20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2016	2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	20.253	9.148
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	86.371	86.371
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)	<b>0,23449</b>	<b>0,10592</b>

#### 21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas constatadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

### 21.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

### 21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

#### • Mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

#### • Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

#### • Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### • Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamentos.

	Nota	Níveis	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
			Valor justo		Valor contábil	
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa		4				
Aplicações financeiras		Nível 2	26.380	16.630	26.380	16.630
<b>Mantidos até o vencimento</b>						
Cauções e depósitos vinculados		8	7.935	7.074	7.935	7.074
<b>Empréstimos e recebíveis</b>						
Caixa e equivalentes de caixa		4				
Bancos conta movimento			3.339	3.715	3.339	3.715
Concessionárias		5	4.382	3.537	4.382	3.537
			<b>42.036</b>	<b>30.956</b>	<b>42.036</b>	<b>30.956</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Outros ao custo amortizado</b>						
Fornecedores		11	396	3.140	396	3.140
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		13				
Moeda nacional			41.573	46.703	41.573	46.703
Outras contas a pagar - Partes relacionadas		7	78	29	78	29
			<b>42.047</b>	<b>49.872</b>	<b>42.047</b>	<b>49.872</b>

### 21.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

### 21.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuentes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

### 21.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

#### 21.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentado na nota 13, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos empréstimos e financiamentos aproxima-se ao seu valor contábil.

#### 21.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Até			Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
		1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos				
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.139	535	1.069	(635)	(1.069)		
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	328	82	164	(82)	(164)		
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.467	-	-	2.467	617	1.233	(617)
Empréstimos e financiamentos								
- BNDES	TJLP	(2.981)	(7.456)	(1.049)	(11.486)	(1.907)	(4.119)	1.907
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>(2.981)</b>	<b>(7.456)</b>	<b>(1.049)</b>	<b>(11.486)</b>	<b>(1.907)</b>	<b>(4.119)</b>	<b>1.907</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 11,75% e 13,25% a.a. e TJLP entre 5,50% e 7,50% a.a.

#### 21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 13.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2016 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e Financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 23.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2016				31/12/2015	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	369	27			396	3.140
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					78	29
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	621	964	4.338	35.650	41.573	46.703
	<b>990</b>	<b>991</b>	<b>4.338</b>	<b>35.728</b>	<b>42.047</b>	<b>49.872</b>

#### 21.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desdobro imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 13. Até 31 de dezembro de 2016 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 23.2) para a rubrica de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

#### 21.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos. Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 9).

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

#### 21.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia de não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

#### 21.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos	41.573	46.703
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(29.719)	(20.345)
Dívida líquida	<b>11.854</b>	<b>26.358</b>
Total do Patrimônio Líquido	134.843	119.400
Total do capital	<b>146.697</b>	<b>145.758</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>8,08%</b>	<b>18,08%</b>

### 22 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	4.810	2.173
<b>Total</b>	<b>4.810</b>	<b>2.173</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 23 Compromissos contratuais e Garantias

#### 23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2016				Total Geral	31/12/2015 Total Geral
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022		
Responsabilidades com locações operacionais	10	19			29	38
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	890	848			1.738	2.457
Prêmio de risco - GSF				759	759	
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos	2.981	4.086	2.120	669	9.856	12.309
	<b>3.881</b>	<b>4.953</b>	<b>2.120</b>	<b>1.428</b>	<b>12.382</b>	<b>14.804</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2016				Total Geral	31/12/2015 Total Geral
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022		
Responsabilidades com locações operacionais	8	16			24	32
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	715	717			1.432	2.114
Prêmio de risco - GSF				2.312	2.312	
Juros vincendos de empréstimos e financiamentos	2.980	4.619	2.836	1.049	11.484	14.710
	<b>3.703</b>	<b>5.352</b>	<b>2.836</b>	<b>3.361</b>	<b>15.252</b>	<b>16.856</b>

### DIRETORIA

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente

**André Luiz de Castro Pereira**  
Diretor

**José Cheram Pinto**  
Diretor

**André Luís Nunes de Mello Almeida**  
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos  
**Leonardo Nery dos Santos**  
Gestor Contabilidade UNG e FT  
Contador - CRC 1SP261342/O-2 "S" ES

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santa Fé Energia S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

##### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### 23.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Depósito caucionado	Empréstimos e financiamentos	7.935	7.074
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos	41.561	46.703
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos	86.371	86.371
Penhor de direitos	Empréstimos e financiamentos	41.561	46.703
		<b>177.428</b>	<b>186.851</b>

### 24 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	4.067		4.119	
Usinas	46.940	51.007	45.634	49.753

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.990; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$80.245.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "S" ES

**Valdir Renato Coscodai**  
Contador CRC 1SP165875/O-6 "S" ES